

10. PROPOSTA DE ISENÇÃO, DURANTE TRÊS MESES, DAS TAXAS DEVIDAS PELO REGIME SIMPLIFICADO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E QUIOSQUES INSTALADOS EM ESPAÇO PÚBLICO – PLANO DE AÇÃO COVID-19:

Submete-se proposta para apreciação do Executivo Municipal, com vista à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e no nº 2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, proposta essa que se anexa.

PLANO DE AÇÃO - COVID-19

**PROPOSTA DE ISENÇÃO, DURANTE TRÊS MESES, DAS TAXAS DEVIDAS
PELO REGIME SIMPLIFICADO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E
QUIOSQUES INSTALADOS EM ESPAÇO PÚBLICO**

Considerando:

1. O manifesto interesse público, designadamente a necessidade de garantir a segurança dos cidadãos minimizando os riscos de propagação do surto de COVID-19, atendendo à emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, no dia 30 de janeiro de 2020, bem como à classificação do vírus como uma pandemia, no dia 11 de março de 2020, e considerando a declaração da situação de alerta em todo o território nacional, nos termos do Despacho n.º 3298-B/2020, de 13 de março;
2. A necessidade de assumir decisões difíceis, mas necessárias, que limitem e/ou condicionem de forma efetiva a propagação do vírus e as suas nefastas consequências, decidiu o Executivo Municipal de Braga, com a concordância de todas as forças políticas e da Associação Comercial de Braga, à luz do que a lei lhe confere e do estabelecido no seu Código Regulamentar, implementar um conjunto de medidas, algumas com impacto direto no funcionamento dos estabelecimento de comercio e serviços situados no concelho de Braga, designadamente ao restringir a “horário zero” o período de abertura ao público;

Impõe-se, aprovar, também, medidas de proteção de carater extraordinário e temporário que permitam apoiar a manutenção dos postos de trabalho e mitigar situações de crise empresarial dos estabelecimentos de comércio e serviços situados no concelho de Braga.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

Submeter a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a seguintes proposta de isenção:



1. **Isentar**, extraordinariamente, por um período de três meses, os operadores económicos abrangidos pela medida “funcionamento em «horário zero»”, as taxas devidas:

- a) Pela ocupação da via pública e publicidade, abrangidas pelo regime simplificado de ocupação do espaço público, tipificado no artigo D-2/10.º do Código Regulamentar,
- b) Pela ocupação de quiosques instalados em espaço público do Município de Braga, tipificadas no artigo no artigo D-2/25.º do Código Regulamentar,

Para o efeito, tendo em consideração que i) os títulos são emitidos e renovados anualmente, e ii) o prazo de liquidação estabelecido termina no final do mês de março, deve o prazo de liquidação ser suspenso até que, a Assembleia Municipal delibere, e os serviços municipais estabeleçam e tornem pública a forma de operacionalizar a medida proposta, inclusive o procedimento de devolver/compensar as taxas que tenham sido já liquidadas.

Estima-se que a despesa associada à presente proposta possa atingir o valor de 65.000,00 euros.

O Município de Braga continuará a acompanhar permanentemente a evolução da epidemia do coronavírus COVID-19, atualizando o seu plano de ação sempre que se mostrar necessário e oportuno para efeitos de apoiar a dinamização da atividade económica no município.

Braga, 18 de março de 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA,



DR. RICARDO RIO